



## Pensão Alimentícia no Brasil: Aspectos Jurídicos e Meios de Execução da Lei

### Autor(res)

Suellen Cristina Pereira Da Silva  
Felipe De Almeida Campos  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Pollyanna Thays Zanetti

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

A pensão alimentícia é um direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de assegurar a dignidade da pessoa humana e o bem-estar dos dependentes. Prevista na Constituição Federal e regulamentada pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil, essa obrigação decorre do princípio da solidariedade familiar. Sua fixação pode ocorrer judicial ou extrajudicialmente, levando-se em conta as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante. Este estudo apresenta uma visão geral dos aspectos legais e processuais da pensão alimentícia no Brasil, abordando ainda os mecanismos de execução e as sanções aplicáveis ao devedor inadimplente, com o intuito de contribuir para a compreensão e a efetivação desse direito fundamental.

### Objetivo

Analisar os aspectos legais e os meios de execução da pensão alimentícia no ordenamento jurídico brasileiro.

### Material e Métodos

O presente estudo foi elaborado com base em uma análise doutrinária e legislativa, utilizando como principais fontes a Constituição Federal de 1988, o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Também foram consultadas jurisprudências e decisões judiciais relevantes. O trabalho adotou o método qualitativo, com abordagem descritiva e exploratória, visando esclarecer as normas que regulam a obrigação alimentar, seus beneficiários, formas de fixação e as modalidades de execução, além de destacar as consequências legais do inadimplemento.

### Resultados e Discussão

Verificou-se que a legislação brasileira prevê dois principais meios de execução da pensão alimentícia: a expropriação de bens e a prisão civil. A primeira permite a penhora e leilão de bens do devedor, além do bloqueio de valores em conta bancária. A segunda, prevista no artigo 528 do CPC, autoriza a prisão por até três meses em regime fechado, com caráter coercitivo. O inadimplemento também pode acarretar restrições como inclusão em cadastros de inadimplentes e bloqueio de CNH e passaporte. A análise demonstra que o sistema jurídico busca

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



garantir o adimplemento da obrigação alimentar por meio de mecanismos rigorosos, refletindo a importância do direito à subsistência e à dignidade dos beneficiários.

## Conclusão

A pensão alimentícia é um direito essencial, rigidamente protegido pela legislação brasileira. O estudo conclui que os mecanismos legais de execução são eficazes para garantir seu cumprimento, promovendo a justiça social e a proteção dos dependentes.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2025.